

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro¹

Resumo: O ano de 1956 marcou dois episódios fundamentais para a compreensão do movimento dos trabalhadores rurais no município de Magé/RJ: a fundação da associação de lavradores local; e o início de construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, que cortava antigas fazendas importantes do século XIX, na tentativa de reaquecer a produção agrícola local e contrabalancear a concentração industrial têxtil que existia no município. Esta obra gerou uma intensa valorização das terras circunvizinhas, acompanhadas de diversos conflitos entre proprietários, grileiros e trabalhadores rurais. Desse modo, o presente artigo busca compreender e analisar mobilizações de trabalhadores rurais que se estabeleceram ao longo dessa estrada na luta pelo acesso à terra.

Palavras-Chave: conflitos de terra; obras públicas; e trabalhadores rurais.

STRUGGLE FOR LAND ALONG THE WAY: THE CONSTRUCTION OF THE SANTO ALEIXO-PIABETÁ ROAD AND MOBILIZATIONS OF RURAL WORKERS IN THE CITY OF MAGÉ [STATE OF RIO DE JANEIRO]

Abstract: The year 1956 marked two fundamental episodes for the understanding of the rural workers movement in the municipality of Magé, state of Rio de Janeiro: the foundation of the local farmers' association; and the beginning of construction of the Santo Aleixo-Piabetá Road, which cut old important plantations of the 19th century, in an attempt to reheat local agricultural production and counterbalance the textile industrial concentration that existed in the municipality. This work generated an intense appreciation of the surrounding lands, accompanied by several conflicts between landowners, grileiros [false owners] and rural workers. Thus, the present article seeks to understand and analyze mobilizations of rural workers who settled along this road in the struggle for access to land.

Keywords: land conflicts; public works; and rural workers.

* Este artigo é parte de sua Tese de Doutorado.

¹ Professor Adjunto de História. Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Campus Prof. Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba. E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br

Introdução

O ano de 1956 marcou dois episódios fundamentais para a compreensão do movimento dos trabalhadores rurais no município de Magé, estado do Rio de Janeiro: a fundação da associação de lavradores local; e o início de construção da estrada municipal que ligaria os distritos de Santo Aleixo, Suruí e Inhomirim, logo chamada de Estrada Santo Aleixo-Piabetá².

A Associação de Lavradores de Magé teve como um dos fundadores e primeiro presidente Manoel Ferreira de Lima, um migrante pernambucano, ex-tecelão em Magé, atuante no sindicato da categoria entre as décadas de 1930 e 40, membro da Igreja Batista e militante do Partido Comunista do Brasil (PCB)³. Devido sua militância em comissões de fábrica, acabou sendo demitido e incluído numa “lista de desagrado” das indústrias de tecidos locais, ficando desempregado por bastante tempo. Eleito vereador em 1954, Manoel paulatinamente se tornou líder camponês no município, fundando e presidindo a associação de lavradores, posteriormente transformada em sindicato rural, tendo também ocupado a presidência da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) e a vice-presidência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)⁴.

Já a Estrada Santo Aleixo-Piabetá, cortava antigas fazendas importantes do século XIX, todas já decadentes, na tentativa de reaquecer a produção agrícola local e contrabalancear a concentração fabril têxtil que existia no município, por vezes criticada como o “perigo do exclusivismo industrial” (MAGÉ, 1934: 7-8).

² Desde 1892, o município de Magé passou a dividir-se em seis distritos: Magé (1º distrito ou distrito sede), Santo Aleixo (2º distrito), Guapimirim (3º distrito), Suruí (4º distrito), Guia de Pacobaíba (5º distrito) e Inhomirim (6º distrito). Com a criação do município de Guapimirim, em 1992, Magé passou a ter, na prática, cinco distritos, com o 3º distrito considerado “vago”. Por fim, em 2002, foi criado o Distrito Agrícola do Rio do Ouro, a partir de territórios desanexados dos distritos de Santo Aleixo, Suruí e Inhomirim (por onde passa a Estrada Santo Aleixo-Piabetá), ocupando finalmente a antiga vaga de Guapimirim. Convém pontuar, porém, que a concepção desse novo distrito mesclou divisão político-administrativa municipal com área de proteção econômica, reunindo comunidades agropecuárias de Magé num território único, que foi elevado à categoria de 3º distrito.

³ O PCB foi fundado em 25/03/1922, originalmente com o nome de Partido Comunista do Brasil. No ano de 1960, após um congresso realizado pelo partido, foi decidida a alteração do nome da legenda para Partido Comunista Brasileiro, mantendo-se a sigla PCB. Em 1962, um grupo dissidente formou outra agremiação partidária, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

⁴ Sua trajetória, bem como formas de organização e lutas dos trabalhadores de Magé, foram analisadas em minhas pesquisas de mestrado e doutorado. Cf. RIBEIRO, 2009; e RIBEIRO, 2015.

E essa decadência agrícola coincidiu justamente com o início de um processo de industrialização que se estabelecia em Magé, passando a congregar diversas fábricas de tecidos, atraídas sobretudo pelo considerável potencial hidráulico da região, que é cortada por diversos rios oriundos da Serra dos Órgãos. No fim do século XIX, o município já reunia quatro estabelecimentos têxteis: as fábricas Santo Aleixo (1848), Pau Grande (1878), Andorinhas (1890) e Mageense (1891) (RIBEIRO, 2016: 31,39).

Desde a década de 1930, diversos governos municipais vinham buscando dinamizar a agricultura local. Porém, esses projetos agrícolas sempre esbarravam no problema do transporte para escoamento de produtos, questão que não residia propriamente na carência de rodovias e ferrovias, mas principalmente no que tange às estradas vicinais. Outra carência era a falta de investimentos para auxiliar o pequeno proprietário rural.

Em resposta a algumas dessas demandas, o prefeito Waldemar Lima Teixeira – do Partido Social Democrático (PSD) – fundou, em 1951, a Associação Rural de Magé, que tinha por finalidade principal “cooperar com os criadores e lavradores locais, fornecendo-lhes rações e sementes” (SANTOS, 1957: 209). Já o prefeito Olívio de Mattos, também do PSD e sucessor indicado pelo próprio Waldemar, articulou a assinatura de um convênio com o governo estadual, iniciando a construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá no ano de 1956, “aproveitando área das melhores terras de Magé” e sendo de “importância vital para a economia do município” (SANTOS, 1957: 28).

Entretanto, a construção da estrada levou décadas para ser concluída, o que só ocorreu na década de 1980, quando recebeu o nome de Estrada Municipal Antônio Além Bergara. Em outros estudos acadêmicos, essa via também foi denominada como “Estrada das Andorinhas” (ALENTEJANO, 2002: 35).

Nesse contexto, começava a despontar a liderança do vereador Manoel Ferreira de Lima na defesa dos trabalhadores rurais do município, justamente em um período de intensos debates acerca da estrutura fundiária do país. Assumindo um papel de liderança no município, manteve contato com outros líderes camponeses ligados ao PCB, como Bráulio Rodrigues e José Pureza, pioneiros no movimento associativo de trabalhadores rurais na Baixada Fluminense⁵.

⁵ A Associação de Pedra Lisa, chamada Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, foi fundada por Bráulio Rodrigues em 1948, constando como a primeira organização de lavradores da Baixada Fluminense.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA
SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

(...) Ele trabalhou na fábrica de Andorinhas e depois saiu, depois trabalhou na fábrica de Magé, mas já participava dessas lutas [operárias], então também saiu da fábrica de Magé. Depois foi para o campo e começou a lutar no campo pela desapropriação de fazenda, essas coisas (...)⁶.

Já empossado vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Manoel Ferreira de Lima utilizou a tribuna da Câmara para direcionar, em abril de 1956, um apelo a todos os vereadores no sentido de amparar os lavradores residentes na Fazenda Sernambetiba, no distrito de Inhomirim, que estavam sendo despejados por força de decisão judicial, chegando a organizar uma reunião exclusivamente para a solução desse caso⁷.

Posteriormente, reunindo-se com os trabalhadores rurais da localidade Estrela Velha, também em Inhomirim, o vereador orientou que eles formassem uma comissão e fossem à Câmara Municipal para pressionar os parlamentares. E a estratégia surtiu o efeito esperado: o líder dos lavradores da Estrela Velha, Diógenes Peçanha, foi ao plenário e denunciou os problemas enfrentados por seus pares. Na ocasião, diversos vereadores ocuparam a tribuna da Câmara para hipotecar solidariedade aos lavradores “que em comissão superlotaram as dependências desta Casa reivindicando direitos que julgam possuir”⁸.

Com a palavra o vereador Manoel Ferreira Lima colocando-se ao lado dos lavradores que, no seu modo de pensar, acham-se abandonados pelos poderes públicos, sendo espoliados em seus direitos pelos grileiros que se dizem donos das terras. (...) Requer seja permitido ao Sr. Diógenes Peçanha esclareça de viva voz a situação daquela comissão. O Sr. Presidente promete atendê-lo na Ordem do Dia. (...) Esgotada a matéria em pauta para a presente reunião, o Sr. Presidente solicita ao vereador Joaquim de Oliveira Câmara introduzir no plenário o Sr. Diógenes Peçanha a fim de que o mesmo esclareça aos Srs. vereadores as ocorrências no lugar denominado Estrela Velha. Após os devidos esclarecimentos, o Sr. Presidente aconselha os lavradores presentes a se manterem com calma, evitando e não revidando as provocações até o pronunciamento dos poderes competentes⁹.

Em 1949, José Pureza organizou a criação de uma comissão de lavradores em Xerém, que seria o embrião da Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF). Cf. GRZYNSZPAN, 1987..

⁶ Entrevista concedida por Lúcia de Souza a Juçara Mello. 10/10/2007.

⁷ Câmara Municipal de Magé (CMM.) *Livro de Atas n.19 (15/07/1955 a 15/07/1958)*. fl.49.

⁸ CMM. *Livro de Atas n.19 (15/07/1955 a 15/07/1958)*. fl.65v.

⁹ CMM. *Livro de Atas n.19 (15/07/1955 a 15/07/1958)*. fls.65v-66v.

Buscando maior representatividade dos trabalhadores rurais junto aos poderes públicos, foi fundada, ainda em 1956, a Associação dos Lavradores do Município de Magé, porém a entidade só foi registrada em cartório no ano seguinte. Agregando proprietários, posseiros e arrendatários, a entidade se opunha às práticas da Associação Rural de Magé e tinha como principal objetivo “evitar lutas estéreis” no campo¹⁰.

Tudo isso ocorria em meio à construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, obra que gerou uma intensa valorização das terras circunvizinhas, acompanhadas de diversos conflitos entre proprietários, grileiros e trabalhadores rurais. Desse modo, o presente artigo busca compreender e analisar mobilizações que se estabeleceram ao longo dessa estrada na luta pelo acesso à terra.

De antemão, salientamos que o termo “trabalhador rural” será utilizado aqui genericamente para designar “pessoas que exercem trabalho no campo”, entre eles posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros, colonos, lavradores, camponeses e pequenos proprietários rurais. Porém, salientamos que há distinções significativas entre essas categorias no mundo rural, motivo inclusive de intensas discussões acadêmicas sobre qual a melhor forma para definir esses grupos (MEDEIROS, 1995).

Em nosso objeto de pesquisa, por exemplo, identificamos várias denominações atinentes a estes trabalhadores: o Estado normalmente utilizava a expressão “trabalhador rural”, tal como foi consagrado no Estatuto promulgado pelo governo brasileiro em 1963; a militância comunista preferia denominá-los como “camponeses”, denotando o trabalhador politicamente ativo e consciente; as entidades de classe – via de regra – estampavam em seu nome oficial a denominação de “lavradores”; ao passo que juridicamente, no contexto das ocupações de terras no município, essas mesmas entidades utilizavam a qualificação de “posseiro”. Por conseguinte, apesar desta questão configurar como um importante debate, foge aos interesses e limites deste artigo um estudo mais aprofundado.

¹⁰ CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DA CIDADE DE MAGÉ. *Livro de Registro de Pessoa Jurídica n.1: 1910-1966*. fl.141. Consta a seguinte formação da primeira diretoria da Associação dos Lavradores do Município de Magé: Manoel Ferreira de Lima (Presidente), Erondino Ribeiro (Vice-presidente), Juci Melin (1º Secretário), Francisco Ribeiro Garcia (2º Secretário), Marciano de Oliveira Barbosa (1º Tesoureiro), Lourival Vasconcelos (2º Tesoureiro) e Sebastião José de Souza e José Anunciado dos Santos (Comissão Fiscal).

No meio do caminho tinha trabalhadores rurais, grileiros e proprietários

Em 1960, o vereador Darcy Câmara – também comunista eleito pelo PSB – solicitou no plenário da Câmara Municipal Magé que recursos financeiros fossem destinados para a escola de ensino primário que era mantida pela associação de lavradores, como também enviou ofício ao governador fluminense Roberto Silveira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), solicitando incluir as fazendas Cachoeira, Santana e Camarão, além da região do Rio do Ouro, em seu Plano Piloto de Ação Agrária. A maioria dessas fazendas estava localizada às margens da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, sendo a “região do Rio do Ouro” uma das faixas de terra reivindicadas pela Companhia América Fabril, como sua propriedade; e pela associação de lavradores, como terra devoluta e grilada¹¹.

Nas memórias de Manoel Ferreira de Lima, o conflito nesta área começou a se intensificar após a publicação do relatório de João Brant, membro de uma comissão estadual para analisar a situação fundiária na região, sendo constatado que a América Fabril, proprietária da Fábrica de Tecidos Pau Grande e de terras circunvizinhas, só possuía legalmente apenas uma parte das terras reivindicadas. “O resto ela grilava (...) e explorava os trabalhadores duramente”¹².

De fato, a fábrica mantinha trabalhadores tanto na fiação e tecelagem de algodão, quanto na lavoura de terras vizinhas à vila operária. E esta dupla atuação da empresa já se apresentava desde a fundação da unidade fabril, no fim do século XIX, em terras da antiga Fazenda Pau Grande.

Vale ressaltar que, desde o início da década de 1950, o jornal comunista *Imprensa Popular* já identificava a vila operária em Pau Grande como um “feudo encravado na raiz da serra de Magé”, explorando trabalhadores na fábrica e na lavoura¹³. Além disso, o mesmo periódico, ao fazer a cobertura de uma eleição no sindicato dos têxteis na

¹¹ Além do requerimento via legislativo municipal, a FALERJ também encaminhou missiva ao governo fluminense no mesmo sentido. Cf. *Última Hora*. 23/12/1960. cad.2. p.4.

¹² Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982; e a Sônia Gonzaga. 01/12/1980. Nas entrevistas, Manoel associa João Brant ao plano agrário do governo Roberto Silveira. Em nossa pesquisa, encontramos apenas uma referência à Brant: como presidente de uma comissão para analisar a situação das terras da localidade Parque Estrela, em Imbariê, município de Duque de Caxias, sendo nomeado pelo diretor do Plano Piloto de Ação Agrária, porém já no governo Celso Peçanha. Cf. *Correio da Manhã*. 24/12/1961. p.5.

¹³ *Imprensa Popular*. 04/03/1953. p.6.

localidade, informava que os trabalhadores votariam separadamente, de acordo com as seções existentes na fábrica, entre elas a seção da “Lavoura”¹⁴.

Ademais, essa área de conflito não se restringia aos arredores da Companhia América Fabril, nem tampouco das demais fábricas de tecidos. Diversas faixas de terra localizadas ao longo da Estrada Santo Aleixo-Piabetá e em outros pontos específicos do município evidenciavam o quanto o rural e o urbano estavam imbricados na cidade de Magé¹⁵.

Certamente, essa conjuntura também favorecia uma aliança operário-camponesa, não apenas pela relação próxima entre as lideranças têxteis e rurais, mas sobretudo pelo fato da questão agrária no município envolver diretamente uma fábrica de tecidos, que já vinha sendo duramente criticada pelo movimento operário têxtil, agora de braços dados com os trabalhadores rurais, passando a empresa a ser atacada duplamente.

Estrada Santo Aleixo-Piabetá: uma encruzilhada de interesses e conflitos

Desde a concepção do seu projeto, a Estrada Santo Aleixo-Piabetá era compreendida como uma obra de fundamental importância para a agricultura no município. Com extensão de dezesseis quilômetros, sua construção visava, sobretudo, a valorização econômica da área onde estavam as terras mais produtivas do município de Magé e de grande potencial agropecuário. À época, inclusive, já se discutia a criação de um distrito agrícola no seu prolongamento.

Da mesma forma, buscava-se estabelecer uma nova rota de escoamento para os produtos industrializados no município, particularmente os têxteis. Embora não tenha sido concluída de imediato (isso só ocorreu na década de 1980), a estrada teve um significado muito importante quanto ao desenvolvimento da produção agrícola de Magé nas décadas de 1950, 60 e 70. Além disso, devido seu traçado cortar antigas fazendas do século XIX, a estrada acabou revitalizando a área, provocando uma reorientação territorial no município,

¹⁴ *Imprensa Popular*. 21/07/1954. p.2. Em outro jornal, a “seção da Lavoura” foi chamada de “escritório da Lavoura”. Cf. *O Globo*. 13/01/1958. p.3.

¹⁵ Mário Grynszpan analisou sumariamente sete fazendas de Magé que estavam em litígio: Cachoeirinha, Cachoeira Grande, Tocaia, Camarão, São Nicolau, Vila Serrana e Maria Rola. Cf. GRYSZPAN, 1987. Porém, a partir de reportagens veiculadas na imprensa, encontramos outras fazendas disputadas no município, que carecem de maiores pesquisas: Sernambetiba, Santa Rosa, Rio do Ouro, Cordovil, Jardim, Santa Fé, Calundú, Morro da Onça, Cruz, Morro da Caxeta, Ribeira, Salgado. Morro do Coronel, Retiro e Sítio do Cacau.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

pois com esta “nova frente de ocupação” a especulação de terras circunvizinhas tornou-se constante, favorecendo a comercialização das fazendas supervalorizadas, as disputas pela comprovação das propriedades, a falsificação de escrituras (grilagens), as ocupações informais (posseiros) e longas batalhas judiciais.

Assim, verificamos que – após levas de migrantes atraídos pelas oportunidades de emprego na indústria têxtil da cidade no imediato pós Segunda Guerra Mundial – surgia um novo fluxo migratório em direção à Magé, que adquiriu força entre fins dos anos de 1950 e início da década seguinte, já motivado pelas notícias de possíveis desapropriações de terra no município¹⁶.

Por sinal, nesses processos migratórios, há muitas interseções entre os fluxos atraídos pelo trabalho na fábrica de tecidos com aqueles que estavam em busca por terra. Muitos migrantes das décadas de 1940 e 50, por exemplo, conseguiram emprego como tecelão e uma casa na vila operária da empresa; outros somente o emprego, passando a residir em bairros próximos ao local de trabalho; e ainda havia um grande número de pessoas (com suas respectivas famílias) que não conseguiram trabalho nas fábricas, muito menos uma casa na vila. Grande parte desse contingente de migrantes se instalou em áreas mais afastadas, próximas ao local onde seria construída a Estrada Santo Aleixo-Piabetá.

¹⁶ Este processo foi bastante estudado por Marco Antônio Teixeira. Cf. TEIXEIRA, 2011. Outro trabalho importante foi publicado por Felipe Lindoso, que identificou a formação de uma pequena colônia japonesa às margens da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, apoiada à época pela Cooperativa Agrícola de Cotia, com sede em São Paulo. Cf. LINDOSO, 1983.

Imagem 1: Início de construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá.



Fonte: SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: Terra do Dedo de Deus*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. p.113.

Dentre essas áreas mais afastadas, estavam arredores da Capela de Santo Aleixo, templo da época colonial que deu origem ao distrito homônimo, distante quase quatro quilômetros da fábrica mais próxima. “*Não havia condições do operário trabalhar aqui e morar fora. A gente às vezes morava em vários lugares. Viajava a pé uma hora pra tá dentro da fábrica*”, recordou um antigo contramestre¹⁷.

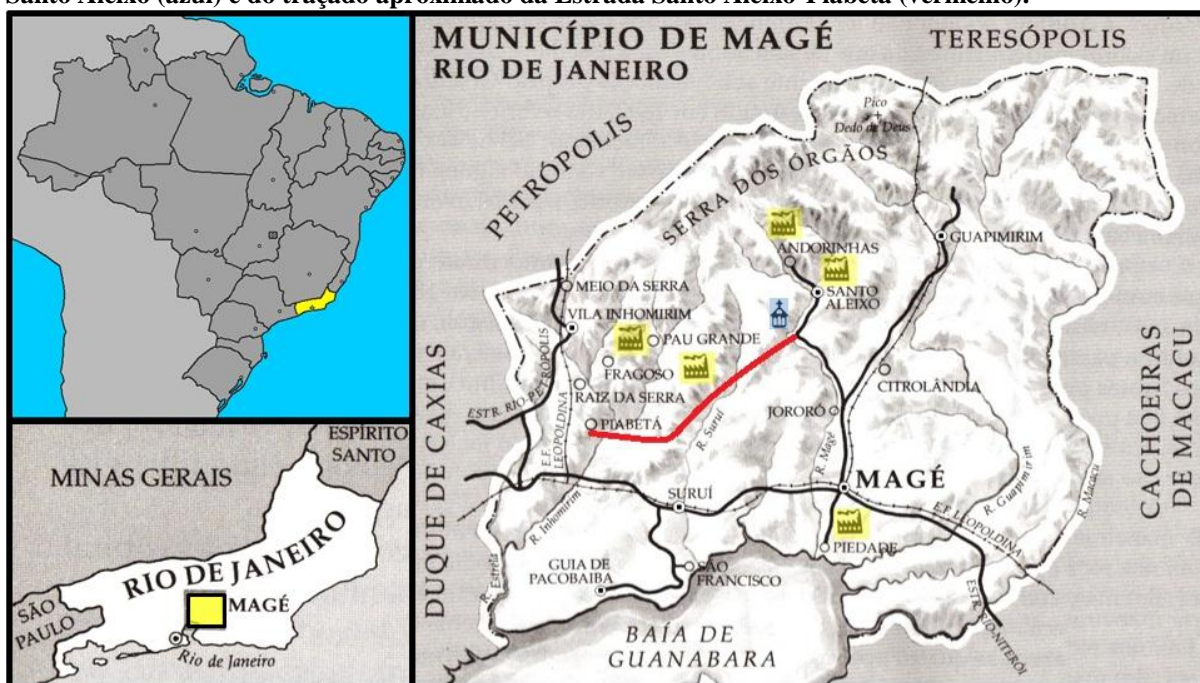
Desses migrantes, muitos que eram operários têxteis faziam questão de manter uma “rocinha” em seu quintal, de forma particular, cultivada no período de atividade extrafabril. No entanto, aqueles sem emprego e estabelecidos nas proximidades da Capela começaram investir em diversas “roças”, sobretudo na lavoura de alimentos, passando a trabalhar diretamente na agricultura e vendendo seus produtos na região. À época, boa parte daquelas terras estava em situação de abandono na década de 1940.

¹⁷ Entrevista anônima concedida a Sônia Oliveira. Cf. OLIVEIRA, 1992: 41.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

Vim para Santo Aleixo em 1944 e morei muito tempo no bairro da Capela, junto com minha família. Quando chegamos, a Capela de Santo Aleixo estava cerca por um ‘matagal’. Quem olhava de baixo [pois a igreja foi erguida numa pequena elevação], via menos da metade dela. Daí meu pai resolveu capinar tudo em volta, pois a capela estava abandonada. Naquele ano, nem teve festa [de Santo Aleixo], o povo foi apenas rezar no dia do santo. No ano seguinte é que passou a ter festa todo ano¹⁸.

Imagem 2: Mapa do município de Magé, com indicações das fábricas têxteis (em amarelo), da Capela de Santo Aleixo (azul) e do traçado aproximado da Estrada Santo Aleixo-Piabetá (vermelho).



Fonte: Composição elaborada pelo autor.

Na realidade, como bem frisou Mario Grynszpan (1987: 54), todo o entorno da cidade do Rio de Janeiro sofreu um intenso aumento populacional a partir dos anos de 1930, tendo como principais causas externas as expulsões em massa de moradores do Nordeste, aceleradas pela própria mobilização política na região; e a erradicação de cafezais em Minas Gerais e no Espírito Santo, motivada sobretudo pela substituição da agricultura pela pecuária nesses estados. Ambas acabaram liberando uma potencial mão de obra migrante.

¹⁸ Entrevista concedida por Maria Astézia de Oliveira Pereira. 07/1999. Interessante ressaltar que, em 1960, o vereador Astério dos Santos (PSB) propôs à Câmara de Magé, por meio de um projeto de lei, que o dia 17 de julho (data em que se realizam festejos em honra a Santo Aleixo) fosse considerado feriado municipal, dedicado aos trabalhadores rurais.

No que tange às causas internas, os diversos projetos de saneamento e urbanização do entorno da Baía de Guanabara intensificou uma “eloquente venda de lotes residenciais”.

De forma associada a este tipo de urbanização, convém ressaltar o contexto da década de 1950, de melhoria do sistema rodoviário no Brasil, em detrimento das estradas de ferro, sobretudo em relação às linhas de carga, conjugado ao forte investimento na indústria automobilística. No bojo de um discurso nacional desenvolvimentista, a construção de novas estradas de rodagem e a intensificação de fluxos migratórios ao sul do país se apresentavam como sinais de “modernização” do país (FONTES, 2008: 50-51).

Nesse contexto, a atuação das imobiliárias também configurou como um importante elemento para compreendermos o “avanço das áreas urbanas, levando à disputa pelo loteamento das terras que as margeavam” (GRYNSZPAN, 1980: 3).

No município de Magé, particularmente, notabilizou-se os negócios realizados pela Imobiliária Durval de Menezes Ltda., cujo proprietário – que dava nome à empresa – era engenheiro civil, tendo trabalhado nas obras contra a seca no Nordeste e dirigido uma companhia de eletricidade em Corumbá/MS. Em 1927, ele mudou-se para o interior de São Paulo, onde foi encarregado de “traçar e abrir o Patrimônio de Marília”. Criado o novo município, elegeu-se vereador e foi escolhido entre seus pares para ser o primeiro prefeito da cidade¹⁹.

Já na década de 1930, retornou ao Rio de Janeiro, onde inaugurou a imobiliária e passou a investir na formação de novos bairros. Em Magé, adquiriu terras de antigas fazendas para formar os bairros Cachoeirinha (à margem da Estrada Santo Aleixo-Piabetá), Nova Marília (em homenagem à cidade paulista que administrou) e Piabetá (hoje o segundo maior núcleo urbano de Magé).

Encontramos, inclusive, a carta de um leitor do jornal *A Noite*, chamado Nestor Lentz, que foi publicada em 1950 e reclamava junto ao Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense uma fiscalização mais rígida no bairro Piabetá, localizado nas proximidades da antiga Estação Entroncamento, da Estrada de Ferro Leopoldina. De acordo com a carta, o bairro havia sido criado recentemente por Durval de Menezes, por meio de sua empresa, que adquiriu duas fazendas no local, loteou o terreno e iniciou obras para abertura de ruas e

¹⁹ LARA, Paulo Corrêa de. *Comissão de Registros Históricos*. Informações fornecidas pelo projeto “Resgatando a História da Minha Rua”. Disponível em: <<http://www.asruasdemarilia.com.br/busca.php?texto=412&pagina=438&logradouro=16880>>. Acessado em 12/10/2012.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

valas. Porém, a empresa responsável pelo loteamento não teria realizado um bom serviço de saneamento, a ponto das ruas do bairro estarem intransitáveis devido ao represamento de água, causando a “volta das febres”, um risco para as “quase mil famílias do bairro, todas de prole numerosa”. O leitor prosseguiu afirmando que o fato já havia sido relatado à Prefeitura de Magé, que teria se omitido, alegando que nada podia fazer²⁰.

Sem dúvida, as condições de insalubridade geravam preocupações constantes aos governos, que as identificavam como um grande obstáculo a ser vencido na Baixada Fluminense, tal como salientou o próprio presidente Getúlio Vargas. Convidado ilustre para a inauguração do Serviço de Água e Esgoto em Magé, no ano de 1953, ele não pôde comparecer, devido a um imprevisto, mas seu discurso foi lido durante a solenidade.

(...) Não foi senão em 1930 que se começou o trabalho sistemático e organizado de saneamento dessa vasta área de terras férteis. (...) Urge agora que esse ingente esforço pela conquista das terras outrora alagadiças e insalubres da Baixada Fluminense seja coroado por uma política de colonização dirigida. (...) O povoamento da Baixada Fluminense é um dos primeiros encargos que pretendo confiar ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, tão logo seja ele estabelecido (...) ²¹.

O obstáculo da insalubridade em grande medida foi vencido, porém o “povoamento dirigido” da região lamentavelmente não passou de discurso governamental. Essa questão chegou a ser abordada brevemente por Satie Mizubuti (1957: 140) em seu estudo sobre migração em Magé, indicando que os investimentos no município não cresceram em igual proporção com o do aumento populacional no período analisado, sendo bastante precários os serviços urbanos oferecidos em suas sedes distritais.

Embora tenha priorizado em seu universo de pesquisa a população urbana, a autora apresentou resultados reveladores em relação aos distritos de Suruí e Inhomirim, ambos atravessados pela Estrada Santo Aleixo-Piabetá. Apesar dos 61% de migrantes identificados na cidade, estes dois distritos mantinham, respectivamente, uma taxa de 84 e 86,2% de moradores oriundos de outros municípios, tendo Inhomirim o maior percentual registrado. Esse estudo também apontou grande incidência de ocupação de moradias

²⁰ *A Noite*. 03/04/1950. p.12.

²¹ VARGAS, Getúlio. *Discurso pronunciado na inauguração dos serviços de águas e esgotos de Magé*. s/d. 1953. Acervo CPDOC/FGV.

intermediárias em outras cidades ao longo do processo migratório até Magé (MIZUBITI, 1975: 51).

(...) Em Suruí, nota-se uma particularidade interessante. Até 1950 não se registrou [nos questionários] nenhuma entrada de migrantes; de 1950 a 60 começou a ocorrer o fenômeno da entrada, tendo crescido mais entre 1960 e 1974. (...) O distrito de Inhomirim tem significado representado por quatro conglomerados contíguos: Piabetá, Fragoso, Pau Grande e Inhomirim. (...) Este distrito, o mais populoso do município, tem em Piabetá um dinâmico centro comercial, com funcionamento aos domingos, quando para aí fluem populações da zona rural adjacente (...) (MIZUBITI, 1975: 67, 96).

Desta forma, o município de Magé foi se consolidando lenta e progressivamente – ao longo do século XX – como uma região importante na fabricação de tecidos, mas sem descuidar de sua produção agrícola, que se manteve relativamente promissora. Ao analisarmos a trajetória do antigo “Celeiro da Corte”²² até se tornar um polo industrial, procuramos também demonstrar que essas transformações econômico-sociais não se deram como um “caminho sem volta” ou como substituta do modelo anterior. O rural e o urbano, a agricultura e a indústria atuaram de forma concomitante no município.

POPULAÇÃO URBANA, SUBURBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE MAGÉ (1940-1970)

ANO	URBANA		SUBURBANA		RURAL		POPULAÇÃO TOTAL
1940	9.854	(42%)	5.723	(25%)	7.824	(33%)	23.401
1950	13.268	(36%)	5.358	(15%)	18.135	(49%)	36.761
1960	29.686	(50%)	-		29.390	(50%)	59.076
1970	77.645	(68%)	7.061	(06%)	29.259	(26%)	113.965

Tabela 1. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censos Demográficos (1940-1970)*.

A propósito, não foi em vão que a Companhia América Fabril, proprietária da Fábrica Pau Grande, começou a investir na modernização de suas instalações justamente às margens da futura estrada, inaugurando uma unidade para alvejamento de tecidos e incrementando a área de produção agrícola da empresa, com a construção de algumas casas para os trabalhadores e um maior controle sobre a distribuição de suas terras para a lavoura. Agora, além das casas da vila operária, identificamos a construção de outras moradias, mais

²² Cognome atribuído à Magé no século XIX. Cf. SANTOS, 1988: 25.

espaçadas, como se estivessem buscando demarcar a propriedade ou mesmo fixando os limites territoriais alegados pela América Fabril por meio desses sitiantes.

Na Fábrica Pau Grande, as terras para plantação eram cedidas pela empresa e o trabalho na roça era diretamente vinculado à cessionária, sendo a produção dividida entre as partes e a venda de excedentes proibida aos trabalhadores. Isso, porém, não impedia que algum membro da família sitiante trabalhasse na fábrica, normalmente as mulheres. Inclusive, há indicações de que havia uma divisão familiar na produção, sendo o trabalho feminino e infantil empregado, na maioria das vezes, em tarefas têxteis, ao passo que o masculino estava mais ligado à lavoura e às atividades consideradas mais pesadas ou de administração e controle, dentro e fora da fábrica (WEID; BASTOS, 1986: 164).

Essa estratégia utilizada pela empresa deve ser entendida como uma tentativa de proteger suas propriedades e arredores, servindo os sitiantes como verdadeiras “balizas humanas” que demarcariam suas pretensas terras. Além disso, distante do que possa parecer, a conjugação de produção industrial e agrícola capitaneada pela fábrica não se configurava – do ponto de vista do capital – como um sinal de “crise do Brasil arcaico e das suas relações de trabalho tradicionais”²³. Ao contrário, articulava-se com o que era entendido por moderno, pois essa dupla atuação da empresa permitia readequações ao longo do tempo, de acordo com as conjunturas.

E quando falamos em “pretensas terras da fábrica” é porque as propriedades alegadas pela América Fabril tornaram-se alvo de intensas críticas dos trabalhadores, da Associação dos Lavradores de Magé e do PCB, que por meio de diversos periódicos ligados ao partido passou a caracterizá-la como “companhia grileira e latifundiária”, como veremos a seguir.

Muitos desses conflitos se arrastaram pela década de 1960, tendo diversos jornais de grande circulação acompanhado o processo, sobretudo após as ordens de despejo e as manifestações públicas dos trabalhadores rurais no centro de Niterói, então capital do estado. Manchetes sobre a luta pela terra em Magé estamparam a primeira página dos jornais *Última Hora*, *O Fluminense* e *Luta Democrática*, o que favoreceu demonstrações de

²³ Termo consagrado na produção de Juarez Brandão Lopes. Cf. LOPES, 1967:15.

apoio junto a opinião pública, bem como pressionava as autoridades governamentais, parlamentares e judiciárias²⁴.

(...) Uma das táticas utilizadas pelo grupo nesta luta (...) foi justamente a de divulgá-la o máximo possível, indo às cidades, às praças, às autoridades. Nunca se tentou ‘esconder’ o que acontecia ali, nem suas razões. Pelo contrário, o desfecho vitorioso da luta dependia, em parte, de que a opinião pública soubesse o que acontecia (...), onde trabalhadores que faziam a terra produzir estavam sendo ameaçados por uma companhia que, além de não ser reconhecida como legítima proprietária, deixava a terra improdutiva (SILVEIRA-LINDOSO, 1984: 29).

Em um dos despejos ocorridos às margens da estrada e com ampla cobertura da imprensa, foi entrevistada a lavradora Primitiva Pereira da Silva, que não era posseira, mas sitiante da América Fabril. Ainda assim, ela teve sua plantação incendiada durante o despejo, tendo recebido uma indenização da empresa têxtil que foi considerada por ela como irrisória. Perguntada se acionaria a Justiça, a lavradora respondeu que não, pois “ali tudo se arranjará favorável à companhia”²⁵.

Contra a fábrica “grileira e latifundiária”: o protagonismo dos trabalhadores rurais

(...) O que houve com os camponeses que ocuparam terras no 6º distrito [Inhomirim] do município de Magé não difere muito do que tem acontecido em vários outros lugares. Encontrando terras férteis abandonadas, sem qualquer cerca ou placa, mas já com alguns benefícios feitos pelo governo estadual, tais como saneamento e estradas, diversas famílias começaram, há mais de dez anos, a ocupá-las. Assim cerca de 1.000 famílias plantaram a terra, ótima pela fertilidade e pela proximidade dos grandes centros consumidores (40 minutos do Rio), dando vida ao que estava abandonado. As coisas iam perfeitamente, em calma, (...) até que surgiu em cena a Fábrica América Fabril, sediada em Pau Grande²⁶.

A América Fabril, que possui apenas 11.650 metros quadrados de terra no sexto distrito de Magé, já há algum tempo está se apoderando das terras próximas, chegando a atingir um total de 2.000 alqueires do Estado [fluminenses] proibindo a entrada de lavradores para o cultivo da terra. Os camponeses, conhecedores da ilegalidade com que age a companhia

²⁴ Sobre o processo de publicização dos conflitos e sua importância para os movimentos sociais no campo. Cf. GRYSZPAN, 1999: 146-167.

²⁵ *Luta Democrática*. 12/01/1963. pp.1-2. Ressalta-se que o jornal não fez qualquer referência à FALERJ, como os demais periódicos. Um deles, inclusive, chegou a publicar uma reclamação que lavradores de Magé teriam apresentado contra Gerson Chernicharo, por “*ter-lhes abandonado na hora que eles mais precisavam*”. Cf. *Última Hora*. 14/01/1963. p.2.

²⁶ *Novos Rumos*. 01 a 07/02/1963. p.7.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

grileira e latifundiária, procurando fugir da miséria em que vivem e evitar que seus filhos morram de fome, resolveram entrar nas terras dos latifundiários grileiros, que aumentam cada vez mais (...) ²⁷.

Assim os jornais *Novos Rumos* e *Terra Livre* – ambos ligados ao PCB – apresentaram as disputas pela terra no município de Magé, no ano de 1963. As reportagens tratavam das mobilizações ocorridas na região acerca da questão agrária, principalmente nas proximidades da região do Rio do Ouro, em terras que seriam da Companhia América Fabril, proprietária das fábricas de tecidos Pau Grande e Santana, vizinhas às áreas em litígio.

Convém lembrar que foi a partir da construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, iniciada em 1956, acompanhada da conseqüente valorização das terras circunvizinhas, que os conflitos de terras se tornaram mais frequentes no município. Desde então, diversas famílias rumaram para essas áreas, buscando fixar moradia e obter trabalho – grande parte dedicando-se à produção agrícola – ao passo que outros atores sociais começaram a reivindicar a propriedade dessas terras, muitos deles ilegalmente. Neste ínterim, verificamos diversos registros na imprensa denunciando a ação de capangas armados contra lavradores no município, incluindo casos de ameaças, agressões e até assassinatos.

Muitos desses conflitos passaram a ser mediados pela associação de lavradores e, conseqüentemente, pela FALERJ, sendo também incorporados às pautas de reivindicações – e proposições – de diversos dirigentes sindicais, parlamentares e partidos políticos.

Ao buscarmos compreender os meandros do conflito que se estabeleceu em Magé entre posseiros e América Fabril, consideramos que os autos do inquérito instaurado na delegacia da cidade – depois revertido em Ação Penal junto ao Superior Tribunal Militar (STM) – configuram como um documento primordial de pesquisa, principalmente ao cotejá-la com outras fontes ²⁸.

27 *Terra Livre*. Jan/1963. p.6.

28 Este processo compõe o acervo do projeto *Brasil Nunca Mais*, identificado como BNM 302. Dirigido pela Arquidiocese de São Paulo, com o apoio de diversos pesquisadores durante as décadas de 1970 e 80, o projeto sistematizou informações de mais de um milhão de páginas contidas em 707 processos do STM, que revelavam as formas de repressão política no Brasil entre período de 1961 a 1979. O acervo encontra-se disponível para consulta no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), onde tivemos acesso e fotografamos os mencionados processos. Em 2013, o acervo foi digitalizado e disponibilizado na internet. Disponível em: <www.prr3.mpf.gov.br/bnmdigital>.

O inquérito policial foi iniciado em novembro de 1962, em atendimento à requisição do Juiz Nicolau Mary Júnior, tendo à frente o delegado Wilson da Silva Jardim, que havia substituído Abílio Gomes Vieira recentemente, por ocasião de sua campanha a vereador no município, quando foi eleito pelo PSD naquele ano²⁹.

Antes disso, porém, no mês de setembro, a Companhia América Fabril enviou um telegrama ao governador fluminense José de Carvalho Janotti, informando que as terras da empresa estavam sendo “invadidas por inúmeras pessoas que para ali são levadas em bandos por caminhões”, sob a argumentação de que essas ações estariam sendo organizadas por “pessoas ou grupos interessados em subverter a ordem pública, porquanto levam grande quantidade de alimentos que armazenam nas matas, demonstrando o firme propósito de lá se estabelecerem e que constitui um assalto”³⁰.

Simultaneamente, a empresa entrou com uma ação judicial solicitando reintegração de posse das propriedades denominadas Cachoeira, Furtado e Porto Rico (área também conhecida genericamente como Rio do Ouro), tendo obtido rapidamente uma liminar do juiz de Magé em seu favor. Entrementes, o governo fluminense acionou a Secretaria de Segurança Pública, enviando à cidade um agente policial exclusivamente para proceder “minuciosas investigações em torno das lamentáveis acontecimentos que se desenvolveram na região em litígio”³¹. E foi justamente com base no relatório produzido por este agente que o juiz determinou a instauração do inquérito.

Em uma detalhada Parte de Serviço, contendo oito páginas, o investigador Idemar da Silva Soares relatou que foi várias vezes à região, caracterizada por uma extensa área de terras, cujos limites e confrontações não lhe foi possível determinar, porém seu acesso era “facilitado por estradas”. Afirmou ter encontrado caminhões transportando “grande quantidade de madeira e lenha” – retiradas das matas – e um “rol de pessoas que pareciam ir apossar-se de terras (...), afora grande quantidade de homens que seguiam a pé”. Apreendeu bilhetes e colheu informações, indicando que “três indivíduos disputam a primazia no encaminhamento dos lavradores para ocuparem as terras”: Orlando Jacintho, Aprígio

²⁹ *Luta Democrática*. 05/09/1962. p.5.

³⁰ Cópia de telegrama enviado por Jaime dos Santos Figueiredo, advogado da Companhia da América Fabril. In: BNM 302. fl.28.

³¹ BNM 302. fl.27.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

Ferreira da Silva e Terezinha Villanova, todos recebendo “ordens de Gerson Chernicharo, que por sua vez deve obedecer a ordens superiores”³².

De acordo com o investigador, Gerson, “que se diz agrônomo”, era presidente da Associação dos Lavradores de Santo Antônio, sediada em Duque de Caxias. Orlando teria ligações com a Federação dos Círculos Operários Fluminenses e a Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ)³³, ambas sediadas em Niterói, “parecendo que ele recebe auxílio dessas federações para fundar uma associação”, porém seria o responsável pela cobrança de matrícula e das mensalidades dos lavradores da região em favor da associação presidida por Gerson. Já Aprígio, conhecido como “Baiano”, teria se dirigido para aquelas terras no início de 1962 e passado a liderar os posseiros em companhia de Orlando, tendo inclusive organizado a invasão de outras propriedades “pela força”, junto com Terezinha Villanova³⁴.

Este grupo liderado por Gerson Chernicharo, de fato, obedecia a ordens superiores, não identificadas pelo investigador naquela ocasião, mas que se tratava do deputado federal Tenório Cavalcanti, então candidato ao governo fluminense pelo Partido Social Trabalhista (PST), após uma longa carreira na União Democrática Nacional (UDN). Conforme acompanhamos em seu jornal *Luta Democrática*, as primeiras incursões do parlamentar junto aos lavradores de Magé se deram a partir de Suruí, nas proximidades da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, e posteriormente desembocaram nas terras reivindicadas pela América Fabril, próximo ao Rio do Ouro, que cortava a estrada. Gerson era o representante de Tenório naquela região e se apresentava como presidente tanto da associação mencionada no relatório policial, quanto da Central Agrícola do Estado do Rio de Janeiro, entidade

³² BNM 302. fls.30-31. A atuação de Gerson é lembrada ainda hoje por alguns moradores da região, conforme apontou Marco Antônio Teixeira em seu estudo, ao realizar uma entrevista no ano de 2010. “Tinha um tal de doutor Gerson, ele vinha uma vez por semana. Tinha gente que trabalhava pra ele (...) Dividia a terra e mandava os trabalhos”. Cf. TEIXEIRA, 2011: 62.

³³ Entidade concorrente da FALERJ. Cf. TEIXEIRA, 2011.

³⁴ BNM 302. fls.31-34. Realizando entrevistas com posseiros locais no início da década de 1980, Maria José Silveira-Lindoso encontrou referências a Aprígio como membro da “Turma do Tenório”. Ao chegar à região, ele instalou um boteco no Rio do Ouro, que teria servido de base para o movimento. “Foi a partir desse boteco e do seu dono que começou a invasão”. Cf. SILVEIRA-LINDOSO, 1983: 33.

também sediada em Santo Antônio, Duque de Caxias. Nas eleições de 62, ele foi candidato a deputado estadual pelo mesmo partido, o PST³⁵.

(...) Às margens do Rio do Ouro localiza-se a Estação 2 da Central Agrícola do Estado do Rio. A terra presta-se a várias culturas e os lavradores, num trabalho de sol a sol, arrancam ao solo o milho, a batata, o feijão, etc. Infelizmente, a área lavrada é muito pequena. Grileiros mantêm vastidões de terras inativas na região, dificultando a expansão do esforço dos lavradores, ameaçados de despejo. Acompanhando o deputado Tenório Cavalcanti, a reportagem da Luta Democrática esteve no local (...). Entretanto, a finalidade principal da visita de Tenório Cavalcanti a Rio do Ouro foi outra. Motivou a ida do líder fluminense à Estação nº 2 da Central Agrícola o convite feito pelos lavradores ao candidato do povo ao Ingá, através do líder camponês Gerson Chernicharo, candidato a deputado estadual, para que fosse ele lançar a primeira pedra do edifício onde se instalarão o posto médico, salas de reunião, escola, biblioteca e cooperativa³⁶.

Às vésperas da eleição, Tenório esteve novamente em Magé, agora visitando diversos distritos, porém priorizando os bairros operários em Santo Aleixo e Pau Grande, bem como a “colônia agrícola” do Rio do Ouro.

(...) Tenório falou aos camponeses (...). Assegurou que, no governo, iria fazer uma reforma agrária, para dar terra a quem vive na terra. Disse que os camponeses não seriam absolutamente perseguidos, por que a polícia, com ele no poder, seria um órgão de proteção do povo e não uma máquina de opressão dos que trabalham e dos que querem viver em paz. Disse aos camponeses que eles tinham um encontro com ele no dia 7, quando se dirigissem para as urnas, votando em seu nome para governador, pondo uma cruz no quadrinho ao lado de Tenório, o primeiro da lista de candidatos (...)³⁷.

Convém ressaltar que, àquela altura, o candidato Tenório Cavalcanti e os comunistas – via ala dissidente do PSB fluminense – já estavam em sintonia, atuando juntos na região. E os comunistas logo foram identificados pelo investigador em seu relatório, inclusive nominalmente: Manoel Ferreira de Lima, Darcy Câmara, Irun

³⁵ Gerson Chernicharo não chegou a ser eleito, recebendo apenas 48 votos no município. Cf. Juízo Eleitoral da 20ª Zona – Magé. *Mapa totalizador referente às eleições realizadas em 07/10/1962 (resultado final)*. Magé: 18/06/1963. Documento elaborado pela escritã eleitoral Dora Faro a pedido do Diretório Municipal do PSD. Acervo: CPDOC.

³⁶ *Luta Democrática*. 20/03/1962. p.5. Esta Central Agrícola e suas respectivas estações foram recorrentes no jornal ao longo do ano de 1962. Ao que tudo indica, não possuíam registro formal, mas configuravam como uma espécie de “projeto piloto” do candidato para estimular a agricultura fluminense. Posteriormente, a escola chegou a funcionar no Rio do Ouro, em um prédio alugado, tendo como professora Terezinha Villanova, conforme declarações de Orlando Jacintho e Gerson Chernicharo em depoimento. Cf. BNM 302. fls.58v e 400.

³⁷ *Luta Democrática*. 04/10/1962. p.5.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

Sant'Anna, Astério dos Santos e Valdemar de Souza. Eles teriam como propósito investir na “subversão social” e por isso “entraram em entendimentos com Gerson Chernicharo, passando a colaborar com ele”. Ainda segundo o agente policial, mesmo com a ação de reintegração de posse obtida pela empresa, o movimento de pessoas levadas por Gerson se intensificou, chegando a um total de “quase quatro mil”³⁸.

Independente dessa quantidade parecer exagerada, a questão da migração para o município parece ter sido realmente intensa. Ao longo do inquérito, são constantes as referências – sobretudo em depoimentos – acerca da chegada de “indivíduos estranhos a localidade”, oriundos “de outros municípios [fluminenses] e mesmo do Estado do Espírito Santo”³⁹. Embora ainda não tenhamos dados mais substanciais sobre esse processo, é possível supor que as notícias de “terras disponíveis para plantar” em Magé, durante a década de 1960, apresentaram efeitos populacionais similares às notícias de emprego nas fábricas de tecido nos anos 40. Muitas delas veiculadas no próprio jornal de Tenório, por meio de anúncios, com maior incidência a partir de 1959:

Sítios e chácaras em Magé. Sem entrada e sem juros. Centro de grande produção, todas as ruas abertas com valas laterais, sítios demarcados, muita água, matas e rios. Fornecimento gratuito de mudas. Cooperativa em final de organização e escola pública em funcionamento. Condução de trens e ônibus passando junto ao loteamento. Reserve um lugar em nossas caminhonetas, sem qualquer despesa⁴⁰.

Um dos migrantes que foram intimados pela polícia a depor foi o lavrador Antônio Dias Fonseca, de 29 anos, que se mudou para a Fazenda Porto Rico em setembro de 1962, por intermédio de Gerson Chernicharo. Ele havia saído com sua família do município fluminense de Campos “onde era colono na lavoura de café”⁴¹. Outro depoente foi o lavrador Aldamario de Oliveira, de 24 anos, que saiu do estado do Espírito Santo em 1961 e rumou para Duque de Caxias, onde trabalhou na construção civil, partindo para o Rio do

³⁸ BNM 302. fls.34-35.

³⁹ BNM 302. fl.64.

⁴⁰ *Luta Democrática*. 26/02/1959. p.4. Os anúncios de venda de terrenos não era nada incomum em jornais da época, porém o conteúdo deste, em especial, tornou-se significativa, por valorizar aspectos mencionados em outras fontes e relacionados a atuação de Tenório Cavalcanti na região, como a cooperativa, a escola e os caminhões. Embora a data seja um pouco anterior ao período mais forte do movimento migratório, trabalhamos com a hipótese de que o “resultado” desses anúncios não se dava em curto prazo, sem contar que diversos outros anúncios foram publicados em edições de anos posteriores e, provavelmente, também veiculados na Rádio Difusora de Duque de Caxias.

⁴¹ BNM 302. fl.67.

Ouro no ano seguinte “para lhe ser entregue um terreno”, cercado por “diversas pessoas com seus barracos prontos e fazendo lavouras”⁴². Os lavradores japoneses Hitoski Nakamura, de 49 anos, e Kasuthoshi Tadaki, de 45, vieram de regiões distintas. Nakamura residia na localidade de Papucaia, entre Itaboraí e Cachoeiras de Macacu, indo para Magé em 1962 por intermédio de um compatriota que lhe informou que lá “as terras eram boas”⁴³. Já Tadaki trabalhava no Núcleo Colonial de Santa Cruz e morava em Itaguaí, em fins de 62, quando uma caravana passou por lá convidando “todos que quisessem ganhar terra, que embarcassem no caminhão, porque ia haver distribuição (...) nas proximidades da fábrica América Fabril”, tendo transportado “umas sessenta pessoas”⁴⁴. Residente no estado da Guanabara, Manoel Firmino dos Santos, de 36 anos, encontrava-se empregado quando “teve notícias que no município de Magé, num determinado lugar, estavam sendo distribuídas terras para lavradores”, resolvendo partir para esta empreitada, pois “tencionava melhorar [de vida] para ir apanhar sua família no Norte”⁴⁵.

42 BNM 302. fl.84.

43 BNM 302. fl.670v.

44 BNM 302. fl.324.

45 BNM 302. fl.87.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA
SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

Imagem 03: Fotografias de membros da Associação de Lavradores de Magé, apreendidas pela polícia.



Fac-símile do processo *BNM 302*. fl.252.

Fonte: Projeto Brasil Nunca Mais Digital (bnmdigital.mpf.mp.br).

E ainda havia trabalhadores da própria região, como os sitiantes da empresa têxtil, entre os quais Mario Nogueira, de 55 anos, que “trabalhavam calmamente em suas

lavouras, cumprindo suas obrigações decorrentes do contrato que firmaram com a Companhia América Fabril⁴⁶; bem como aqueles que trabalhavam na lavoura “pra uns e outros”, como Carlos Telles, de 24 anos, que se assustou com “uma leva enorme de pessoas estranhas” para “serem colocadas em terras à margem daquela estrada de rodagem”⁴⁷.

Esses são apenas alguns exemplos, entre dezenas de depoimentos colhidos pela polícia ao longo do processo, de pessoas que largaram tudo (ou quase tudo) e partiram em direção ao município de Magé buscando uma vida nova⁴⁸. Para o investigador Idamar, entretanto, nem todos eram lavradores, “dada a sua visível inadaptação ao trabalho rural”. Segundo ele, os “verdadeiros” trabalhadores rurais são indivíduos que “merecem amparo, em vez de reprimendas; compreensão, em lugar de represálias; trata-se de homens que vem suportando terríveis humilhações por não poderem dispor de um mínimo necessário à subsistência da família, em geral, numerosa”, pois – prossegue o relatório – “na sua desilusão não escondem sua mágoa pelos prejuízos morais e materiais que vêm sofrendo por acreditarem nas promessas de falsos líderes”⁴⁹.

Nesse sentido, os argumentos que permearam boa parte do inquérito foram, primeiramente, não reconhecer que algumas lideranças eram trabalhadores. Até mesmo na qualificação dos interrogados era comum encontrar trechos como, por exemplo, “se diz lavrador”, em referência a Manoel Ferreira de Lima, ou “consta que nunca trabalhou em sua vida”, numa alusão a Astério dos Santos⁵⁰. Em seguida, reforçaram que uma das consequências das invasões era a devastação de extensas áreas florestais para venda de lenha, particularmente nas proximidades do manancial que abastecia as duas unidades da América Fabril e sua respectiva vila operária, “pondo em risco flagrante (...) não só a fábrica como também a população da localidade denominada Pau Grande”, conforme

⁴⁶ BNM 302. fl.78. Cópias de contratos foram anexadas aos autos do processo. “A partir de janeiro de 1962, a América Fabril fez contrato de parceria individual com todos os lavradores que residem em suas terras”, relatou o lavrador parceiro Manoel Paulo Filho. Cf. BNM 302. fls.310-311 e 307v passim.

⁴⁷ BNM 302. fl.86.

⁴⁸ Embora fuja aos objetivos centrais deste artigo, enfatizamos a necessidade de um estudo mais detido sobre este fluxo migratório para Magé. Em seu estudo sobre o tema, Satie Mizubuti abarcou somente a categoria da população urbana. Nas poucas incursões analíticas que apresentou acerca da população rural baseou-se em um estudo anterior que havia realizado sobre Itaboraí, então município vizinho. A autora chegou a destacar que o distrito de Inhomirim possuía uma “zona rural adjacente”, marcada pela multiplicação dos “loteamentos periurbanos”, em que “antigas fazendas, sítios ou chácaras têm sido transformadas pelos seus proprietários em ‘mercadorias’ de comércio especulativo”, mas não se aprofundou sobre este aspecto, permanecendo, portanto, a lacuna. Cf. MIZUBUTI, 1975: 131.

⁴⁹ BNM 302. fls.35-36.

⁵⁰ BNM 302. fls.5 e 82 passim.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

assinaram os peritos do Departamento de Polícia Técnica⁵¹. Outro argumento foi enfatizar o recolhimento que as associações realizavam junto aos posseiros para o pagamento de mensalidades e da joia (valor pago no ato de inscrição em uma sociedade, semelhante a uma matrícula), constando inclusive na denúncia oferecida pelo promotor da comarca Ellis Hermydio Figueira, em junho de 1963, após uma primeira fase de investigações: “modestos lavradores, ludibriados com as murmurejadas de ‘gratuitas distribuições de terras’, por parte do sindicato e associações de lavradores, são despojados indevidamente de importâncias, de cujo ganho se fez em trabalhos penosos”, ao passo que para os líderes do movimento, segundo o promotor, a “distribuição das respectivas glebas aos seus prosélitos” tornou-se um “negócio rendoso”⁵².

Tudo isso sem mencionar as acusações habituais de que os líderes dos posseiros estavam elaborando “planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social”, tendo em vista que “sem os suportes da lei, lançaram-se aos processos violentos”⁵³. Sob este aspecto, porém, a singularidade – ao menos para aquele município – era o registro de que homens armados percorriam a região em defesa dos posseiros. Dentre os depoimentos, destacamos a fala do advogado da América Fabril, Jayme dos Santos Figueiredo, afirmando que, devido à atuação desses “bandos” nas terras de sua cliente, o gerente da fábrica teria solicitado a cessão de três soldados à fábrica de pólvora Estrela, vinculada ao Exército Brasileiro (EB), para que pudessem vistoriar a área do manancial e da usina que abastece o bairro de Pau Grande. O advogado foi ainda mais incisivo ao afirmar que os posseiros “estão ali a mando do deputado Tenório Cavalcanti”, que “garantiria a permanência nas terras”⁵⁴.

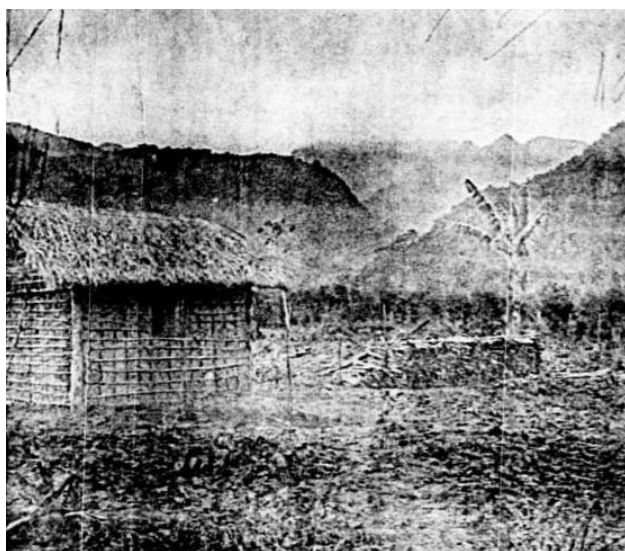
⁵¹ BNM 302. fl.9. O extenso laudo pericial, datado de 11/12/1962, foi ilustrado com 34 fotografias da região em litúgio. Cf. BNM 302. fls.100-136.

⁵² BNM 302. fls.9 e 11 passim.

⁵³ BNM 302. fl.10.

⁵⁴ BNM 302. fls.52-53. A questão da defesa armada que o deputado oferecia aos posseiros da região também foi citada por Marco Antônio Teixeira e Silveira-Lindoso, a partir das memórias de antigos moradores. “Tenório sempre falava no grupo: ‘se precisar matar, eu que vou matar’. Vocês que precisam trabalhar, vocês trabalhem”, disse um posseiro anônimo. Cf. TEIXEIRA, 2011: 61-62; e SILVEIRA-LINDOSO, 1983: 32-33.

Imagem 04: Fotografias periciais caracterizando a casa de um sitiante da América Fabril (à esquerda) e o casebre de pau a pique construído por posseiros (11/12/1962).



Fac-símile do processo *BNM 302*. fl.116 e 129 passim.

Fonte: Projeto Brasil Nunca Mais Digital (bnmdigital.mpf.mp.br).

Esta singularidade teria inclusive motivado conflitos entre as lideranças ligadas a Tenório e ao PCB, principalmente após a derrota eleitoral do deputado ao governo fluminense. “Ele ofereceu até algumas ajudas, sabe como é... (...) De homens mesmo, pra valer, né. Nós rejeitamos apoio armado, Não quisemos porque era de uma fonte duvidosa.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA
SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

Então não aceitamos”, recordou Manoel Ferreira de Lima em uma entrevista⁵⁵. E durante as investigações afirmou em depoimento que Gerson Chernicharo, devido a divergências políticas, teria se afastado daquela região aproximadamente em dezembro de 1962 e depois “desapareceu”, junto a outros aliados⁵⁶.

Interessante destacar que, entre os meses de junho e dezembro de 1962, a associação dos lavradores em Magé se transformou em “dois sindicatos”, justamente no período em que diversos projetos, decretos e portarias relativos à sindicalização rural estavam sendo aprovados, no afã de que as associações de trabalhadores rurais – até então somente registradas em cartório como pessoa jurídica – se transformassem em entidades sindicais, devidamente reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Na ocasião, já existiam e estavam sendo fundadas diversas associações no país, vinculadas a variadas forças políticas, inclusive na mesma jurisdição. Todas buscavam “chegar à frente” para alcançar o reconhecimento oficial enquanto sindicato, o que na prática inviabilizaria as atividades da associação adversária⁵⁷.

Em Magé, conforme apontou Marco Antônio Teixeira em sua pesquisa, “há duas datas diferentes para a fundação do sindicato neste município”. A primeira referência, encontrada entre as atas arquivadas na própria sede do sindicato, indicava que a fundação da entidade teria ocorrido em 02 de junho de 1962, antes mesmo da lei que regulamentaria oficialmente a sindicalização rural, porém os registros dessa mesma ata salientavam que uma das primeiras providências a serem tomadas pela entidade seria o seu reconhecimento sindical perante o Ministério do Trabalho⁵⁸. Já a segunda referência foi encontrada nos jornais *Terra Livre* e *Última Hora*, indicando que, em 25 de novembro daquele ano, a associação dos lavradores em Magé havia se transformado em sindicato, inclusive de

⁵⁵ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Leonilde Medeiros. 1982.

⁵⁶ BNM 302. fl.360. Gerson também deixou claro, em depoimento, suas desavenças com Manoel Ferreira, que teriam se iniciado por “ciúmes do mesmo, devido ao seu trabalho assistencial”. Afirmou ter fundado a Associação de Lavradores de Santo Antônio, porém sua organização teve “caráter provisório”, funcionando por cinco meses e depois se dissolveu. Cf. BNM 302. fl.399.

⁵⁷ Essa corrida entre diferentes forças políticas na busca pela carta sindical de suas respectivas entidades também foi marcada por barganhas no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR), conforme indicou Fernando Barcellos em seu estudo sobre a ação sindical no campo fluminense, em especial no subitem “Os conflitos por terra e os primeiros passos do sindicalismo”. Cf. BARCELLOS, 2008: 19-25.

⁵⁸ Consta a seguinte formação da diretoria sindical eleita em junho de 1962: Orlando Jacintho (Presidente); Antônio Firmino (Secretário); Auro Gomes (Tesoureiro); Ernestino de Souza Guarino, Honorato Alves e Manoel Carvalho (suplentes da Diretoria); Alfredo Barreto, Severino Gangorra e América Pereira (Conselho Fiscal); e Moises dos Santos, José Pereira e Aprígio da Silva (suplentes do Conselho Fiscal). Cf. TEIXEIRA, 2011: 75-76.

acordo com a regulamentação sindical rural recém-instituída⁵⁹. E foi esta entidade que recebeu, no ano seguinte, “a primeira carta sindical para uma associação de lavradores, transformada agora em sindicato”⁶⁰.

Por hora, mais importante do que a data de fundação é a análise da composição das diretorias, tendo em vista que – como bem observou Marco Antônio – nenhum dos membros eleitos em junho compõe a direção empossada no mês de novembro. E essas formações distintas evidenciam, em grande parte, as disputas internas no seio desse grupo de trabalhadores rurais. Ressaltamos que a primeira diretoria era basicamente orientada pelo grupo de Tenório Cavalcanti, com destaque para o presidente Orlando Jacintho e o suplente do conselho fiscal Aprígio da Silva; ao passo que a segunda era composta, sobretudo, por pessoas ligadas à militância comunista, como o presidente Manoel Ferreira de Lima, o vice Valdemar de Souza e o membro do conselho fiscal João Inácio da Silva⁶¹. A principal exceção seria Gerson Chernicharo, também eleito para a suplência do conselho fiscal, mas – como afirmou Manoel Ferreira em seu depoimento – logo se desentendeu com o grupo, “doou um valor ao sindicato em dezembro” e se afastou⁶².

As desavenças, porém, não significaram um rompimento entre essas forças políticas, nem tampouco o afastamento de Tenório Cavalcanti das mobilizações camponesas. O que observamos é uma inflexão nos métodos utilizados, passando a conformar o que José Pureza denominou como “nova forma de luta”. “Aos companheiros que queriam topar o negócio no gatilho, nós aconselhamos que não era possível, porque não dava certo. (...) O fato é que nós ganhamos a opinião da massa e modificamos a forma de luta, levando todo mundo pra Niterói”⁶³.

O próprio Pureza citou o caso da América Fabril em seu livro de memórias, argumentando que “a resistência armada nem sempre demonstra ser a forma mais adequada

⁵⁹ Consta a seguinte formação da diretoria sindical eleita em novembro de 1962: Manoel Ferreira de Lima (Presidente); Valdemar de Souza (Vice-presidente); Benício Fonseca (Tesoureiro); Adalberto Marques (Procurador); José Desidério, José Antonio de Oliveira e Manoel Ferreira Rodrigues Filho (Conselho Fiscal); e João Inácio da Silva, Francisco Macial, Raimundo Menagatti, Gesso Chanichorro [leia-se Gerson Chernicharo], Antônio de Azevedo e Onofre Vieira (suplentes do Conselho Fiscal). Cf. *Terra Livre*. Jan/1963. p.6.

⁶⁰ *Última Hora*. 01/10/1963. p.2.

⁶¹ O comunista Valdemar de Souza já tinha se candidatado a prefeito da cidade, em 1950, e João Inácio militava no PCB ao lado de sua esposa Edna Nunes, tecelã em Santo Aleixo e candidata diversas vezes a vereadora e deputada estadual. O casal migrou de Casimiro de Abreu para Magé no início da década de 1940. Enquanto Edna trabalhava na fábrica e lutava “como uma fera ao defender seus companheiros”, João Inácio “conservou seus hábitos de mateiro, vivendo da colheita de plantas medicinais”. Cf. SANT’ANNA, 2011: 84.

⁶² BNM 302. fl.360.

⁶³ Entrevista concedida por José Pureza a Leonilde Medeiros. 20/02/1980.

para evitar os despejos”. Recordou que naquela região atuava um “elemento que dirigia os camponeses visando seu próprio interesse” e “apelidava o nosso movimento de subversivo”, o que teria afastado muitos camponeses dos representantes da FALERJ. Segundo o autor, ele recolhia dinheiro dos lavradores sob a alegação de que o montante seria usado para cuidar dos interesses do grupo, mas após o juiz conceder uma liminar em favor da empresa têxtil para a reintegração de posse, os lavradores acabaram procurando a federação. Quando foi ao encontro do “tal elemento” em Magé, ele teria defendido uma “resistência à bala” frente ao iminente despejo, tendo inclusive combinado uma senha com os lavradores da região: ao lançar fogos de artifício, eles apareceriam “com armas e munições”. Desconfiando disso, Pureza teria feito o “teste dos foguetes” – conforme recordou – para provar que a ideia de uma resistência armada não surtiria efeito e, de fato, os lavradores não atenderam aquela convocação. A partir daí que a FALERJ e a associação local “deram encaminhamento da luta”, passando a denunciar “em praça pública a violência contra os lavradores” (PUREZA, 1982: 57-58).

Pesquisadoras como Maria José Silveira-Lindoso, que analisou especificamente este grupo de trabalhadores rurais mageenses, e Mario Grynszpan, abordando o movimento na Baixada Fluminense, também apontaram para a relevante significado dessas manifestações públicas.

(...) Nesse momento, já o movimento social desencadeado pela ‘invasão’ assumia uma nova feição, pois outras forças sociais – que não os jagunços do Tenório – começaram a participar do movimento e de sua condução. (...) Adotando a tática de pressionar as autoridades através de manifestações públicas, a federação [FALERJ] organizou uma manifestação em Niterói (SILVEIRA-LINDOSO, 1983: 35)

(...) A imposição de uma determinada expressão pública dos conflitos e de seus atores era igualmente parte dos conflitos e se fazia tanto por meio da imprensa quanto de manifestações promovidas nas cidades. Juntamente com as ações na Justiça, as denúncias à imprensa e as manifestações nas cidades eram dimensões das lutas de resistência, articulando-se, portanto, às ações dos lavradores nas próprias áreas, buscando ali permanecer o máximo de tempo possível, neutralizando as violências dos grileiros. As manifestações traziam a situação vivida pelos posseiros para a cidade, tornando-a próxima, atribuindo-lhe visibilidade (...) (GRYNSZPAN, 1999: 154).

Num nível mais superficial, as manifestações nas cidades serviam para tornar visível, aos cidadãos, a situação vivida pelos lavradores. Mais profundamente, no entanto, elas contribuíram para transformar aquilo que, normalmente, seria uma questão localizada entre um grileiro e um grupo de posseiros, resolvida através de jagunços ou da própria polícia, numa questão social. Desta forma, produzia-se um debate em torno da questão, atraía-se a solidariedade aos setores urbanos e procurava-se deslegitimar a ação dos grileiros, dificultando, ao mesmo tempo, decisões favoráveis a estes por parte da polícia ou da justiça (...)(GRYNSZPAN, 1987: 148-49).

Por certo, não cabe aqui traçar uma dualidade entre militantes comunistas como defensores da “resistência legal” versus correligionários de Tenório como ícones da resistência armada. Uma forma de luta não anulava necessariamente a outra e esta distinção está mais relacionado à memória construída pelas lideranças da FALERJ, na tentativa de se desvencilhar da aliança que selaram com o deputado de Duque de Caxias. Por isso, ressaltamos que, à época, embora o PCB e a ULTAB priorizassem em suas teses as ações legais, formas de luta armada eram, de quando em vez, estimuladas pela imprensa comunista e por alguns grupos ligados ao partido, conforme assinalou a pesquisadora Leonilde Medeiros. A autora inclusive citou como exemplo o próprio caso de ocupação das terras reivindicadas pela América Fabril, que nas páginas do *Terra Livre* foi elogiada devido os camponeses da região terem começado “a reforma agrária que o governo está retardando tanto a fazer, acuado pelos latifundiários que formam a maioria do nosso Congresso”⁶⁴.

O recurso às armas ou à lei, a aproximação maior ou menor com as autoridades constituídas, as ocupações de terra não podem ser derivados estritamente dos diferentes momentos da trajetória do PCB. A imprensa é eloquente em indicar que essas opções têm que ser entendidas por meio do recurso a elementos mais complexos, como as concepções dos quadros locais do partido, as disputas políticas regionais ou estaduais, que compunham o quadro político no qual as ações se davam, o que incluía inclusive as disputas por falar em nome desse segmento que então se organizava, a própria capacidade do partido em expressar as reivindicações dos ‘camponeses’, fazendo com que nas palavras de ordem mais gerais, o que era considerado como seu interesse, em algum momento expressassem as experiências vivenciadas por esses segmentos (...) (MEDEIROS, 2000: 235-236).

⁶⁴ *Terra Livre*. Jan/1963. p.6. Relembramos que a FALERJ atuou em formas de resistência armada na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, no ano de 1961; e também na região do Imbé, localizada no município de Campos, em 1963, quando terras de uma usina “grileira” foram ocupadas por trezentos lavradores. Pureza também destacou esses casos em seu livro. Cf. PUREZA, 1982: 53-57, 75-90.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA
SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

Vale ressaltar que neste momento, em nível nacional, o movimento dos trabalhadores rurais também ganhava corpo e passava a ter mais destaque nos meios de comunicação, sobretudo a partir de novembro de 1961, quando foi realizado o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. O evento contou com a participação de milhares de delegados, oriundos de vinte estados brasileiros e representando variadas forças políticas atuantes no mundo do trabalho rural: comunistas, Ligas Camponesas, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), setores da Igreja Católica, entre outras, tendo ainda o apoio de sindicatos operários, do movimento estudantil, de diversos partidos políticos e do próprio Presidente da República, que esteve presente ao evento. Convocado pela ULTAB, o congresso foi precedido por diversas conferências estaduais preparatórias e marcado pela divergência entre a entidade organizadora, ligada ao PCB, e as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, com forte presença no Nordeste brasileiro, sendo aprovada, ao final, uma resolução conjunta que defendia uma “reforma agrária radical”, proposta enfatizada pelas Ligas. Desde então, consagrou-se o lema “na lei ou na marra”, que significava privilegiar a ação direta dos camponeses na luta pela reforma agrária, com ou sem apoio legal. E toda a repercussão do evento e de suas proposições foi fundamental para o reconhecimento dos trabalhadores rurais como ator político importante no Brasil, tendo a reivindicação de acesso à terra se tornado um dos temas prioritário para a política nacional, e que não poderia ser mais ignorado (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007: 220)⁶⁵.

Nós, da diretoria da FALERJ, realizamos conferências em vários municípios do estado do Rio de Janeiro, para preparar a participação no Congresso de Belo Horizonte. A maior parte era de associações da Baixada Fluminense (...). O tema que mais se discutia nessas conferências era sobre acesso à terra, ajuda para plantio, dragagem dos valões que existiam naquela época, assentamento de quem já estava na terra como posseiro e necessidade de garantia para quem estava na terra poder continuar nela. Nós levamos mais de trezentos delegados, de trem. Tivemos um trem especial, uma Maria-fumaça, cedido pela Central do Brasil, só para levar o povo daqui. Para alimentação, cada um deu um pouco. O pessoal trouxe sanfona, violão, viola e fomos cantando daqui até lá. (...) Fomos cantando um hino que nós mesmos fizemos (...). A letra

⁶⁵ Outros trabalhos importantes sobre este período foram produzidos por Aspásia Camargo e Leonilde Medeiros. Cf. CAMARGO, 1991: 121-224; e MEDEIROS, 2000: 211-248.

falava sobre a luta no campo, mas a música era a de uma igreja evangélica. Foi um sucesso muito grande, todo mundo aplaudia. (...) Ninguém foi para lá porque ia ganhar isso ou aquilo. Foi para conquistar aquilo que se queria. No congresso, a gente viu que havia uma divergência de opinião entre o pessoal das Ligas, que eram comandadas pelo companheiro Francisco Julião, o pessoal da ULTAB e os do Rio Grande do Sul que faziam parte do MASTER, que era liderado pelo Leonel Brizola, governador daquele estado. Mas, apesar de tudo, não houve conflitos (...). O presidente João Goulart compareceu ao congresso. Quando ele foi falar, todos gritavam: “Na lei ou na marra! Na lei ou na marra!”. Ele não falou nada, nem sim, nem não (...) (SILVA, 2008: 38-9).

A visão de que não houve conflito no congresso em Belo Horizonte, porém, diverge do relato do presidente da ULTAB e organizador do evento, Lyndolpho Silva, que relembrou alguns casos exemplares do “diálogo tenso com outras forças” (CUNHA, 2004: 98-93)⁶⁶. No próprio estado do Rio de Janeiro, também em novembro de 61, surgiram tensões entre a FALERJ e outras lideranças que despontavam no campo. Um dos casos mais emblemáticos e ainda de difícil compreensão ocorreu em Cachoeiras de Macacu, na localidade de São José da Boa Morte, quando um levante com cerca de quatrocentos lavradores – considerado “mais radical” – ocupou as manchetes de diversos jornais fluminenses. O líder do movimento, Mariano Beser, se apresentava como presidente da União das Ligas Camponesas do Estado do Rio de Janeiro e assessor da FALERJ, sendo logo desmentido pelo presidente da entidade, Manoel Ferreira: “Esse cidadão que fala em ‘paredón’, em ‘técnicas de guerrilha’ e movimentos armados, quer passar por comunista para incompatibilizar os justos movimentos reivindicatórios dos lavradores (...), visando criar um clima de inquietação entre os lavradores e a FALERJ”⁶⁷. Buscando separar “o joio do trigo” nesse campo de disputas, os dirigentes da federação, incentivados por integrantes do PCB e do PTB, desencadearam uma vexatória campanha contra Beser, acusando-o de traidor e agente a serviço da CIA (a central de inteligência dos EUA)⁶⁸.

A despeito de tudo isso, o congresso representou o ápice de um processo – ainda que inicial – de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. E bons frutos começariam

⁶⁶ Dentre os estudos que apresentam um bom panorama dos debates que se travaram em torno do congresso. Cf. WELCH, 2010: 308-324.

⁶⁷ *Última Hora*. 22/11/1961. p.5. Matérias também foram publicadas em outros jornais. Cf. *O Globo*. 20/11/1961. p.25; *A Noite*. 20/11/1961. p.1; *Correio da Manhã*. 22/11/1961. p.1; *Diário de Notícias*. 22/11/1961. p.2; *Jornal do Brasil*. 22/11/1961. p.5; *Luta Democrática*. 22/11/1961. p.1; *Diário Carioca*. 27/11/1961. p.1; e *O Fluminense*. 28/11/1961. p.12.

⁶⁸ Um dos estudos que mais avançou na compreensão deste conflito foi produzido por Luiz Rogério da Silva, que chegou a entrevistar alguns personagens importantes, entre eles o próprio Mariano Beser. Cf. SILVA, 1996: 51-86.

a ser colhidos já no ano seguinte, com o processo que regulamentava o direito à sindicalização no campo e com a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), ao passo que, em 1963, seria aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, projeto que já tramitava no parlamento brasileiro há uma década. No estado do Rio de Janeiro, em particular, dezenas de fazendas foram desapropriadas nesse período, seja por ato do governo federal ou fluminense. Além disso, foi bastante significativa a eleição de uma nova diretoria para a ULTAB, realizada durante o congresso em Belo Horizonte, que embora mantendo Lyndolpho Silva na presidência, alçou lideranças fluminenses aos cargos de tesoureiro: José Pureza; 1º vice-presidente: Manoel Ferreira de Lima; e suplente do Conselho Fiscal: Bráulio Rodrigues (O'DWYER, 1982: 11) e (SILVA, 2008: 39).

Por outro lado, no que tange à reforma agrária, considerada tema central das demandas camponesas, os frutos colhidos foram tantos – e tão variados – que chegaram a apodrecer, pois dezenas de projetos de reforma agrária foram discutidos no Congresso Nacional e nenhum foi aprovado.

Sob este aspecto, podemos dizer que boa parte desse impasse também foi motivada pelo contexto internacional, marcado pela Guerra Fria. A título de exemplo, ao mesmo tempo em que a Igreja Católica publicava a encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, em 1961, incorporando definitivamente a questão agrária em sua doutrina social (GUIMARÃES, 2006: 200-01); diversos movimentos políticos revolucionários recentes – e vitoriosos – demonstravam o quanto a participação dos camponeses poderia ser decisiva na construção de governos socialistas, como o cubano e o chinês (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007: 217-18).

Nesse íterim, entre aqueles que se apresentavam como representantes dos trabalhadores rurais, podemos encontrar setores católicos mais conservadores, sobre forte influência dos circulistas, bem como outros em constante diálogo com as esquerdas, tendo como exemplo a Ação Popular (AP); ao passo que no campo das esquerdas encontramos tanto setores que adotavam posições mais reformistas e legalistas, normalmente vinculadas ao PCB, quanto àqueles que defendiam ações autointituladas como radicais e diretas, visando mudanças mais profundas no país, representados pelas Ligas Camponesas e por

grupos dissidentes do PCB. Tudo sem falar na ação poderosa dos fazendeiros e latifundiários, organizados basicamente em torno da Sociedade Rural Brasileira (SRB).

(...) A conjuntura anterior ao golpe de 1964 foi um momento-chave nos debates em torno da questão da terra, em que se digladiaram defensores e opositores da reforma agrária. A opinião conservadora teve papel destacado entre os adversários das reformas, entretanto, o quadro ideológico e os alinhamentos políticos foram mais complexos do que pode parecer a um olhar superficial. Além dos conservadores, argumentos liberais, nacionalistas, socialistas e desenvolvimentistas alimentaram as polêmicas políticas e ideológicas da época, confrontando-se e, eventualmente, mesclando-se nas diversas propostas que surgiram para enfrentar a questão agrária. O tema da reforma agrária polarizou o debate político nos anos 1960 (...) (MOTTA, 2006: 252).

Para os trabalhadores rurais de Magé, nas palavras de Manoel Ferreira de Lima, a percepção era de que “com o decorrer do tempo, avolumou mais a luta” e o movimento estava cada vez mais forte⁶⁹. Entretanto, indubitavelmente, toda essa conjuntura mais ampla – nacional e internacional – repercutiu nas diligências do processo de investigação instaurado na delegacia da cidade, mais tarde convertida em processo “contra subversivos” no STM, no contexto pós golpe de 1964.

(...) Nos meses de março e abril do corrente ano [1963], invadiram vastas áreas que compreenderam a fazenda da ‘Cachoeirinha’, de propriedade de Durval de Menezes, e integrante do patrimônio da Imobiliária Durval de Menezes Ltda., e ‘Sítio Santa Amélia’, pertencente ao General Antônio Gomes Carvalheiro, cujas ocupações importaram no ilegítimo apossamento de lotes, lavoura branca, pequenos matagais para venda de lenha, etc. Como resultado do ilícito procedimento, nova eclosão se fez sentir contra a ordem político social, instaurando novas ações protetoras de posse, outorga judicial de manutenção do direito dos proprietários esbulhados, que sob o império da agitação social se impôs à custódia da própria força militar estadual, por requisição do Poder Judiciário local. Ainda, recentemente, novas invasões vieram a se registrar, já agora no 4º distrito do município de Magé [Suruí], tudo por inspiração dos mencionados indiciados, os quais usando dos processos anteriores dirigiram a ocupação das fazendas ‘Marilândia’ e ‘Caioba’, de propriedade do cidadão Benjamin da Fonseca Rangel e do ‘Vale das Cascatas’, pertencente a Imobiliária Goulart Ltda. (...) ⁷⁰.

⁶⁹ Entrevista concedida por Manoel Ferreira de Lima a Sônia Gonzaga. 01/12/1980.

⁷⁰ Denúncia apresentada pelo Promotor de Justiça Ellis Hermydio Figueira, em 25/06/1963. In: BNM 302. fl.8.

Todas essas ocupações se deram ao longo da Estrada Santo Aleixo-Piabetá e resultaram na publicação de diversas matérias no jornal *Última Hora*. Alguns jornalistas do periódico, inclusive, foram convocados pelo responsável do inquérito a prestar depoimentos em Magé, sob a acusação de “*dar cobertura publicitária às invasões de terras*”⁷¹.

Considerações finais

Como podemos verificar ao longo deste artigo, as ações e reações oriundas da construção de uma estrada em Magé assumiram relevante destaque na compreensão de experiências do trabalho rural no município. Não se pretendeu aqui, obviamente, contar a história de um caminho rodoviário por si só, mas de pensá-lo como mote ou eixo catalisador de um processo histórico mais denso, a partir das próprias fontes do nosso objeto de pesquisa.

Desse modo, embora este artigo se dedique a um estudo mais circunscrito, referente a uma pequena cidade, a construção de uma estrada vicinal e os processos históricos dela decorrente, ele permite uma compreensão mais acurada de diversos outros lugares que, em maior ou menor grau, também vivenciaram transformações semelhantes. A título de exemplo, temos a própria cidade Rio de Janeiro, que mesmo procurando manter sua capitalidade enquanto lócus da política nacional e um dos ícones da modernidade no país frente a nova capital (Brasília)⁷², também se encontrava às voltas com os conflitos de terra no chamado “Sertão Carioca”⁷³, onde também estava localizada uma indústria têxtil, a Fábrica Bangu, e uma importante rodovia, a Avenida Brasil, que foi inaugurada em 1946, mas só foi expandida para essa região da cidade nas décadas seguintes.

Por conseguinte, a dinâmica entre o rural e o urbano nas cidades precisa ser melhor estudado, sobretudo no que tange aos seus desdobramentos no mundo do trabalho e para além da caricatura do “saco de batatas”, tal como a analogia apresentada por Karl Marx –

⁷¹ BNM 302. fl.10.

⁷² Sobre o conceito de capitalidade para o Rio de Janeiro. Cf. MOTTA, Marly. *Saudades da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

⁷³ Dentre os trabalhos sobre o “Sertão Carioca”. Cf. PEDROZA, 2003.

na qual os camponeses franceses seriam “incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome” (MARX, 1978: 115).

Dessa dicotomia rural-urbano, surge outra reflexão que gostaríamos de pontuar em nossas considerações finais: o negligenciamento do papel dos camponeses na história do trabalho. Os trabalhadores rurais brasileiros foram (e por vezes ainda são) considerados forças auxiliares do operariado, este por muito tempo considerado a vanguarda do movimento revolucionário comunista. Inclusive, parte desta visão derivou-se de uma obra do militante pecebista Otávio Brandão, publicada em 1924, onde a dualidade agrarismo-industrialismo evidenciava uma premissa que perdurou nas teses do partido por décadas, com leves adaptações: existiria uma contradição fundamental no país entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno, este último visto pelos comunistas como representante da “burguesia progressista”. Nesse sentido, o caráter da revolução seria “democrático-burguesa”, devendo ser prioritária a luta contra a propriedade feudal e o imperialismo, ao passo que a luta anticapitalista ficaria para uma etapa revolucionária posterior (AUED, 1986: 20-1)⁷⁴.

Aliás, nos debates mais recentes sobre história global do trabalho⁷⁵, os ecos da analogia marxista sobre os camponeses franceses do século XIX também tem sido apontados como possíveis “responsáveis” pela visão acadêmica que, direta ou indiretamente, ainda denota o setor rural como atrasado e o cenário industrial como moderno.

Assim, alguns historiadores do trabalho demitiram trabalhadores agrícolas com a condescendência do ‘saco de batatas’ de Marx, dando-lhes insuficiente atenção enquanto coletividade e, como resultado, este campo [de pesquisas] é mais fraco (...). Em resumo, queremos sugerir que o campo [área rural] é um local onde a classe ‘acontece’ e que a compreensão de ambos os setores, rural e urbano, será reforçada se começarmos a estudá-los tanto como iguais, quanto interdependentes (HAHAMOVITCH; HALPERN, 2004: 3-4)⁷⁶.

⁷⁴ Este debate sobre o caráter da revolução também foi abordado por Dulce Pandolfi em seu estudo sobre a memória do PCB, particularmente no capítulo sete. Cf. PANDOLFI, 1995: 157-182.

⁷⁵ A história global do trabalho é caracterizada “pela tentativa de superação do nacionalismo metodológico e do Eurocentrismo, cujo potencial vem se revelando extremamente rico no estabelecimento de uma perspectiva global de entendimento da classe trabalhadora e de sua história”. Cf. LINDEN, 2009: 11-26.

⁷⁶ Texto original: “Thus, even in few labor historians have dismissed agricultural workers with the condescension of Marx’s ‘sack potatoes’, as a collectivity we have paid them insufficient attention and our field is weaker as a result. (...) In short, we want to suggest that the countryside is a site where class ‘happens’ and that an understanding of both the rural and urban sectors will be enhanced if we begin to study them both as coequals and as interdependent”. Tradução nossa.

Para além dos debates político-partidários, essa dicotomia também está relacionada a um certo legado acadêmico, que inculcou visões depreciativas em relação ao mundo rural, sobretudo após uma série de estudos sociológicos nas décadas de 1950 e 60, inspirados pela noção de modernização. Assim, consolidou-se no imaginário acadêmico a divisão estrutural que caracterizou o rural como sinônimo de atraso e o urbano como sinônimo de progresso⁷⁷.

Inclusive, este legado acadêmico tem repercutido nas abordagens pejorativas em relação aos trabalhadores nordestinos que migram para as regiões mais industrializadas do país, chegando, em alguns estudos, a ser considerado como possível causa à falta de consciência de classe atribuída ao “velho sindicalismo”, embora alguns trabalhos recentes estejam buscando desmistificar esses estereótipos⁷⁸.

Portanto, é preciso desconstruir e superar a influência dessa noção modernizadora que vê o mundo rural como uma espécie de “desajustamento” frente a um “mundo idealizado de progresso”. Noção essa que foi tributária, em grande medida, dos textos tidos como fundadores em suas respectivas áreas – “de Brandão a Brandão” (o Lopes e o Otávio) – mas sobretudo a partir de uma série de trabalhos inspirados nesses autores. Por isso, advertimos o quanto essas hierarquias decorrentes do legado acadêmico “modernizador” podem depreciar análises históricas de pequenas cidades e suas especificidades, justamente devido a dificuldade de enxergá-las como um cenário interessante de investigação das conexões entre o mundo rural e urbano.

Referências

RIBEIRO, Felipe. Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964). São Gonçalo: dissertação de mestrado em História Social, FFP/UERJ, 2009

RIBEIRO, Felipe. A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Rio de Janeiro: tese de doutorado em História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2015.

⁷⁷ Estudos como o de Juarez Brandão Lopes indicaram esta visão. Cf. LOPES, 1964; e LOPES, 1967. No entanto, a despeito de eventuais críticas, destacamos a relevante contribuição das referidas obras para a sociologia, sobretudo por seu pioneirismo ao investir em “estudos de caso”, tendo esta noção modernizadora sido reforçada mais por estudos inspirados em Brandão Lopes, que propriamente nos trabalhos do autor. Cf. LOPES, 1987: 147-170.

⁷⁸ O trabalho de Paulo Fontes é um esforço neste sentido. Cf. FONTES, 2008.

FELIPE RIBEIRO

MAGÉ (RJ). Relatório do Exercício apresentado ao Exmo. Sr. Comte. Ary Parreiras, D. D. Interventor do Estado do Rio de Janeiro, pelo Prefeito Municipal Gilberto Huet de Bacellar. Prefeitura Municipal de Magé: s/d, 1934. pp.7-8.

RIBEIRO, Felipe. Memórias da Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a liderança de Astério dos Santos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p.31 e 39 passim.

SANTOS, Renato Peixoto dos. Magé: Terra do Dedo de Deus. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. p.209.

ALENTEJANO, Paulo [et.al]. Assentamento Cachoeira Grande: Magé. In: Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. p.35.

GRYNSZPAN, Mario. Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. Campinas: tese em Ciências Sociais, UNICAMP, 1995

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ. Seropédica, RJ: mestrado pelo CPDA/UFRRJ, 2011.

LINDOSO, Felipe José. O Campesinato e o Mercado: circuitos comerciais e reprodução camponesa. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado em Antropologia Social, MN/UFRJ, 1983.

OLIVEIRA, Sônia. Montanhas de Pano: fábrica e vila operária em Santo Aleixo. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1992. p.41.

FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp.50-51.

GRYNSZPAN, Mario. Movimentos sociais no campo no Estado do RJ (junho de 1961 – julho de 1962): documento de trabalho. Texto para discussão no grupo “Movimentos Sociais no Campo”. São Paulo: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura: CPDA/EIAP/FGV, 1 a 4/10/1980. p.3.

LARA, Paulo Corrêa de. Comissão de Registros Históricos. Informações fornecidas pelo projeto “Resgatando a História da Minha Rua”. Disponível em: <<http://www.asruasdemarilia.com.br/busca.php?texto=412&pagina=438&logradouro=16880>>. Acessado em 12/10/2012.

MIZUBITI, Satie. Migrações no Brasil: Magé – um estudo de caso. Niterói: tese de Livre Docência em Geografia, UFF, 1975 p.140.

SANTOS, Renato Peixoto dos. A Saga dos Ullmann (História de Magé de 1870/1950). Petrópolis: Gráfica Jornal da Cidade, 1988. p.25.

WEID, Elisabeth von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. O Fio da Meada: Estratégia e Expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril 1878/1930. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p.164.

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA
SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

LOPES, Juarez Brandão. Crise no Brasil arcaico. São Paulo: Difel, 1967. p.15.

GRYNSZPAN, Mario. Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais. Sociologias. Porto Alegre: jan/jun, 1999. a.I. n.1. pp.146-167

SILVEIRA-LINDOSO, Maria José P. da. O começo de tudo. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ: Seminário sobre “Conflitos no Campo no Estado do Rio de Janeiro, 29 e 30/10/1984. p.29.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ. Seropédica, RJ: mestrado pelo CPDA/UFRRJ, 2011. p.62.

TEIXEIRA, Marco Antonio dos Santos. Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ. Seropédica, RJ: mestrado pelo CPDA/UFRRJ, 2011.

SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983. p.33.

MIZUBUTI, Satie. Migrações no Brasil: Magé – um estudo de caso. Niterói: Tese de Livre Docência em Geografia, UFF, 1975. p.131.

TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRRJ/CPDA, 2011. pp.61-62;

SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983. pp.32-33.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRRJ/CPDA, 2008. pp.19-25.

TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado, UFRRJ/CPDA, 2011. pp.75-76.

SANT’ANNA, Irun. O garoto que sonhou mudar a humanidade. Rio de Janeiro: Fundação Dinardo Reis, 2011. p.84.

PUREZA, José. Memória camponesa. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. pp.57-58.

SILVEIRA-LINDOSO, Maria José Rios Peixoto da. A ambiguidade na transformação: um estudo sobre a ideologia. São Paulo: dissertação em Ciência Política, USP, 1983. p.35.

GRYNSZPAN, Mario. Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais. In: Sociologias. Porto Alegre: jan/jun, 1999. a.I. n.1. p.154.

GRYNSZPAN, Mario. Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987. pp.148-149.

PUREZA, José. Memória camponesa. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. pp.53-57 e 75-90 passim.

FELIPE RIBEIRO

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. História do marxismo no Brasil. Campinas: Unicamp, 2000. v.4. pp.235-236.

GRYNSZPAN Mario; e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; e REIS, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.220

CAMARGO, Aspásia. Questão agrária, crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1991. v.3. t.3. ed.5. pp.121-224

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. História do marxismo no Brasil. Campinas: Unicamp, 2000. v.4. pp.211-248

SILVA, Bráulio Rodrigues da. Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense. Seropédica: Mauad X, EDUR, 2008. pp.38-39.

CUNHA, Paulo Ribeiro [org.]. O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004. Série Memória & História. v.4. pp.89-93.

WELCH, Clifford Andrew. A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil (1924-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp.308-324.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. As representações travestidas de militante. In: História Social. Campinas: Unicamp, 1996. n.3. pp. 51-86.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Prefácio. In: PUREZA, José. Memória camponesa. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p.11;

SILVA, Bráulio Rodrigues da. Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense. Seropédica: Mauad X, EDUR, 2008. P.39.

GUIMARÃES, Juarez Rocha. O cristianismo e a formação da moderna questão agrária brasileira. In: GUIMARÃES, J. R. ; STARLING, H.M.M. (Org.) ; PAULA, Delsy Gonçalves (Org.) . Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. v. 1. 348p .

STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). Sentimento de reforma agrária, sentimento de República. Belo Horizonte: UFMG, 2006. pp.200-201.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Do outro lado da cerca: os conservadores e a reforma agrária. In: GUIMARÃES, Juarez Rocha; PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel (org.). Sentimento de reforma agrária, sentimento de República. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.252

LUTA PELA TERRA AO LONGO DO CAMINHO: A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA
SANTO ALEIXO-PIABETÁ E AS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS
NO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

PEDROZA, Manoela. Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968). Porto Alegre: dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2003.

MARX, Karl. O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. ed.2. Coleção “Os Pensadores”. p.115.

AUED, Bernardete Wrublewski. A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis: Editora UFSC, 1986. pp.20-21.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1995. pp.157-182.

LINDEN, Marcel van der. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. In: Revista Mundos do Trabalho. v.1. n.1. jan-jun/2009. pp.11-26.

HAHAMOVITCH, Cindy; e HALPERN, Rick. Not a “sack of potatoes”: why labor historians need to take agriculture seriously. In: International Labor and Working-Class History. n.65. Spring 2004. pp.3-4.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo: Difel, 1964

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Crise no Brasil arcaico. São Paulo: Difel, 1967

Cf. LOPES, José Sérgio Leite. Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade: crítica e resgate da ‘Crise do Brasil Arcaico’. In: _____ [org.] Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ, 1987. pp.147-170.

FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Recebido em: 01 de outubro de 2018

Aceito em: 13 de dezembro de 2018